MINISTERIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS Direcção Geral da Justiça e dos Cuitos

I.ª Repartição

LEI N.º 690

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça e dos Cultos, um crédito especial da importancia de 68.395#40, destinado a reforçar as dotações inscritas nos seguintes capítulos e artigos do orçamento deste Ministério, aprovado para o ano económico de 1916-1917:

Capítulo 6.º, artigo 20.º— «Material e diversas despesas»:

Despesas concernentes aos presos internados nas cadeias comarcas e concelhias dos distritos das ilhas adjacentes 1.986#73 Idem dos presos em idênticas cadeias do continente e no Depósito Geral da Fi-

gueira da Foz 64.888\$12

Capítulo 7.º, artigo 24.º—Para «Material e diversas despesas» da Escola de Reforma de Lisboa para o sexo feminino:

Na verba de alimentação . . 789\$28 Na verba para diversas des-

pesas 731527 1.520\$55

68.395\$40

e a fim de ocorrer ao pagamento da totalidade dos respectivos encargos durante o mencionado ano económico. Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e o Ministro da Justiça a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1917. — BERNARDINO MACHADO — Afonso Costa — Alexandre Braga.

MINISTÉRIO DA GUERRA Repartição do Gabinete

LEI N.º 691

Em nome da Nação, o Congresso da República de-

creta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Os alunos da Escola de Guerra que nos anos de 1913, 1914 e 1915 se matricularam nos primeiros anos dos cursos comuns de artilharia a pé e enge-nharia militar serão promovidos a tenentes logo que tenham completado um ano de efectivo serviço como alferes nas armas a que se destinaram.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário. O Ministro da Guerra a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Govêrno da República, 15 de Maio de 1917. — BERNARDINO MACHADO — Afonso Costa.

MINISTÉRIO DO FOMENTO Secretaria Geral

LEI N.º 692

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças um crédito extraordinário da quantia de 4.000\$, que reforeará a verba consignada a despesas imprevistas no artigo 47.º, capítulo 3.º, do orçamento do Ministério do Fomento para o corrente ano económico de 1916-1917, a fim de ser aplicada às despesas a fazer com a extinção de acrídios.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e o Ministro do Fomento a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1917. — Bernardino Machado — Afonso Costa — Herculano Jorge Galhardo.

Rectificações

No Diário do Govêrno n.º 58, 1.ª série, de 14 de Abril findo, que publica a lei n.º 678, no artigo 2.º, onde se lê: «transfiguração», deve ler-se: «transfabricação».

Artigo 5.°, 2.° Onde se lê: «terrestre», deve ler-se:

«terrestres».

Artigo 5.°, 8.° c) Onde se lê: «minérie», deve ler-se: «minérios».

Artigo 5.°, 9.º Onde se lê: «aço», deve ler-se: «aços». Artigo 6.º Onde se lê: «exclusivamente serão», deve

ler-se: «exclusivamente, serão». Secretaria Geral, 11 de Maio de 1917.—O Secre-

tário Geral, José Maria Cordeiro de Sousa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL Secretaria Geral

Lei n.º 693

Em nome da Nação, o Congresso da República de-

crefa, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É criado o lugar de Sub-Secretário de Estado do Ministério do Trabalho e Previdência Social, nos termos do disposto na lei n.º 524, de 5 de Maio de 1916, para os lugares de Sub-Secretários de Estado dos Ministérios das Finanças e da Guerra.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições a façam imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1917.-BER-NARDINO MACHADO - Afonso Costa - Artur R. de Almeida Ribeiro - Alexandre Braga - José António Arantes Pedroso — Augusto Luís Vieira Soares — Herculano Jorge Galhardo — Ernesto Jardim de Vilhena — José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Eduardo Alberto Lima Basto.